

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo
Divisão de Ambiente e Infraestruturas

Sessão de divulgação das Zonas Vulneráveis ZV de Estremoz-Cano

1. ENQUADRAMENTO - PROGRAMA DE AÇÃO

2. FERTILIZAÇÃO

2.1 PRÁTICAS AGRÍCOLAS EM TERRENOS DECLIVOSOS

2.2 APLICAÇÃO DE FERTILIZANTES EM TERRENOS ADJACENTES A LINHAS DE ÁGUA

3. GESTÃO DA REGA

4. GESTÃO DE EFLUENTES PECUÁRIOS

5. RESUMO DAS PRINCIPAIS MEDIDAS OBRIGATÓRIAS

6. SISTEMA DE CONDICIONALIDADE

1. ENQUADRAMENTO - PROGRAMA DE AÇÃO

O que são Zonas Vulneráveis?

São as áreas que drenam para as águas poluídas ou suscetíveis de serem poluídas por nitratos e onde se praticam atividades agrícolas que possam contribuir para a poluição das mesmas. Na identificação das águas poluídas por nitratos são aplicados, vários critérios, sendo o mais relevante para a sessão de hoje o de que: Identificação de águas subterrâneas que contenham ou possam conter mais do que 50 mg/l de nitratos.

Como surge o Programa de Ação?

Diretiva 91/676/CEE de 12 de dezembro de 1991

Transposta para a legislação portuguesa, pelo Decreto-Lei nº 235/97, de 3 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 68/99, de 11 de março

PA atual: Portaria n.º259/2012, de 28 de agosto

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo

Divisão de Ambiente e Infraestruturas

Qual o seu objetivo?

Tem como principal objetivo reduzir a poluição das águas causada ou induzida por nitratos de origem agrícola e impedir a propagação da referida poluição, com o fim de proteger a saúde humana, os recursos vivos, os sistemas aquáticos e salvaguardar outras utilizações legítimas da água.

De acordo com o Anexo IV do Decreto-Lei nº 235/97, os Programas de Ação deverão incluir medidas contempladas no Código de Boas Práticas Agrícolas (em revisão), sendo essas medidas de carácter obrigatório.

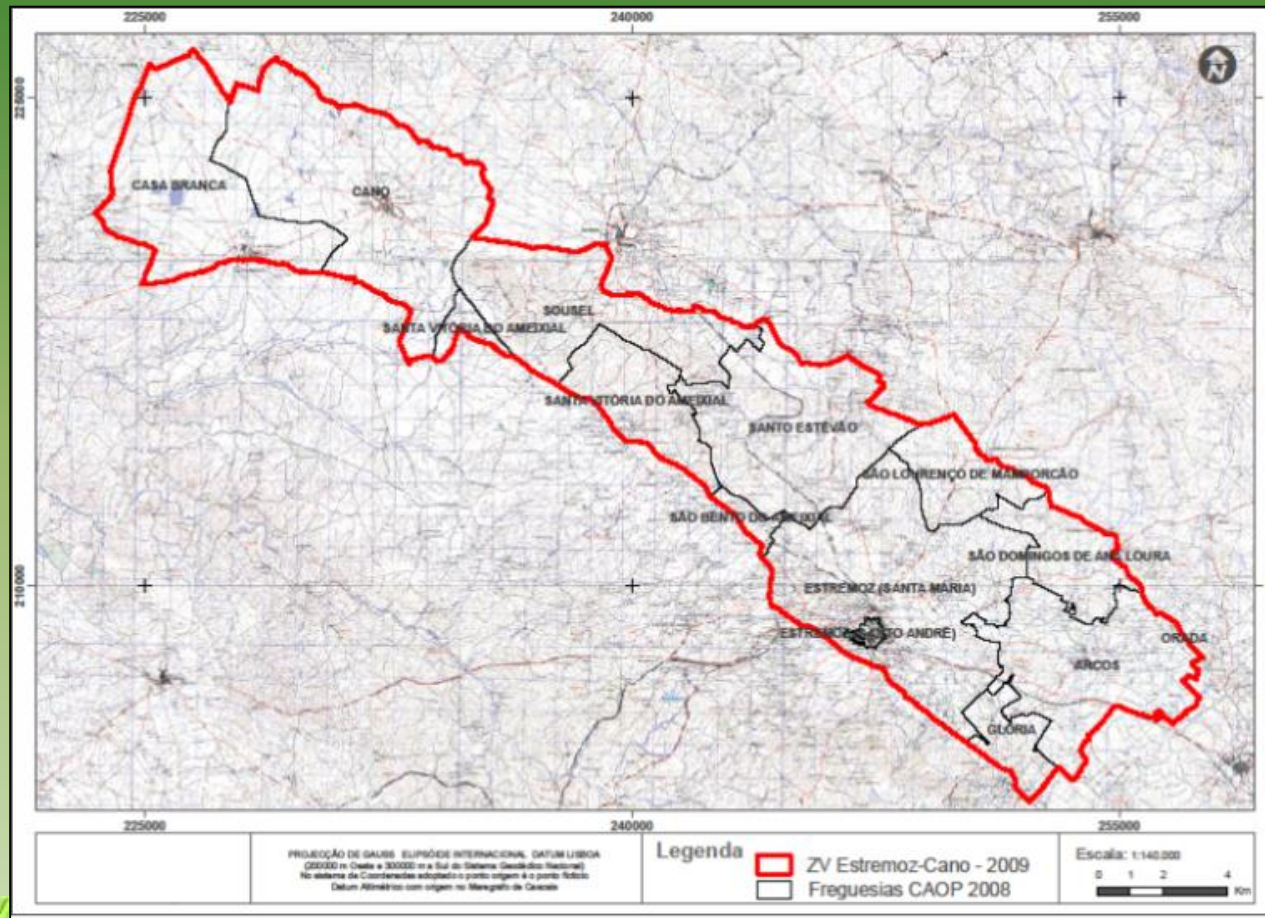
Objeto e Âmbito de Aplicação

Quem está sujeito ao cumprimento das medidas introduzidas pelo Programa de Ação?

Artigo 1.º n.3 “Todos os agricultores titulares de explorações agrícolas, total ou parcialmente, localizadas em zonas vulneráveis (...)”

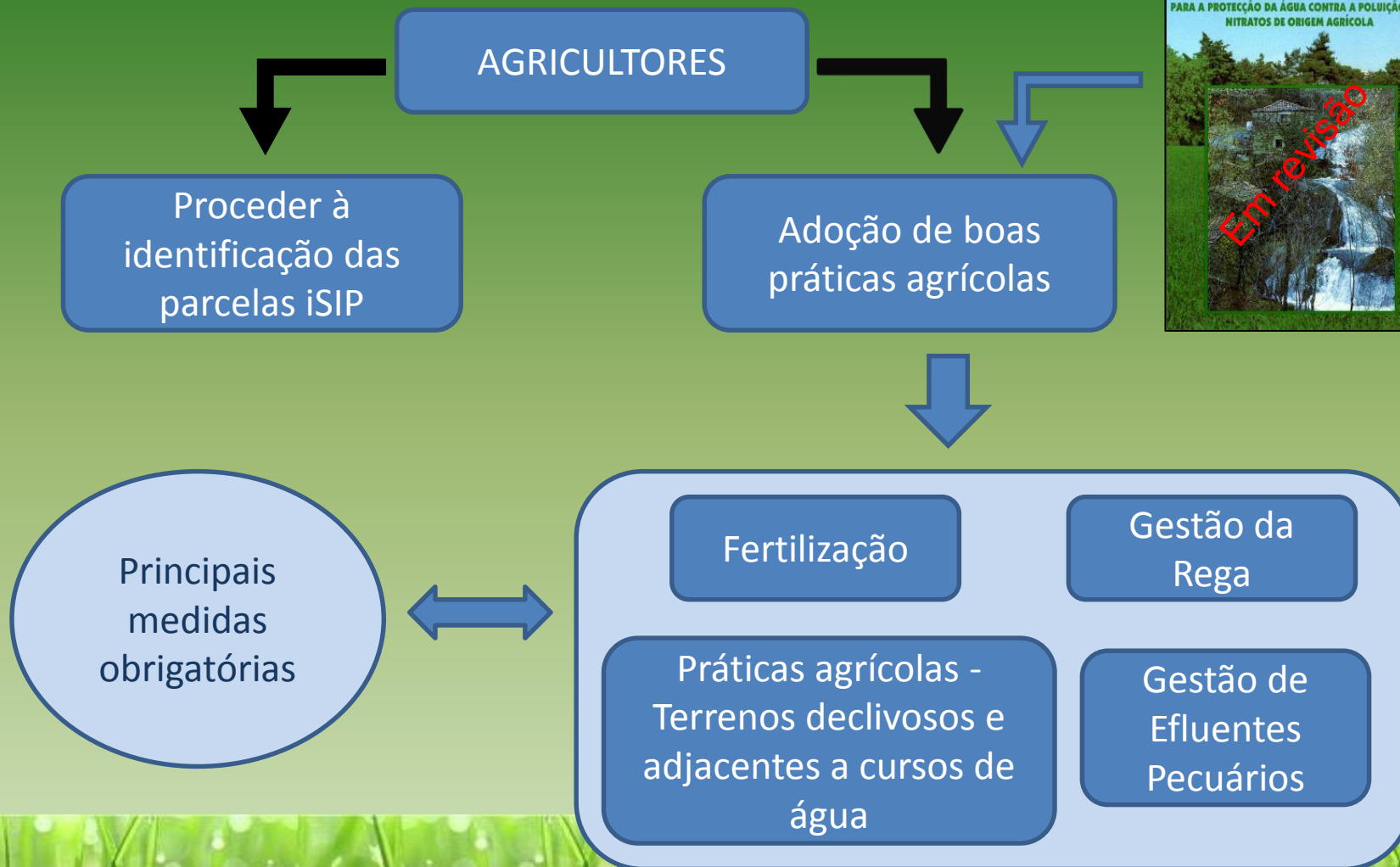
Nota: Artigo 1.º n.4 Culturas sem solo (hidroponia) - não se aplica o disposto na Portaria, todavia, os agricultores ficam obrigados à apresentação e obtenção de autorização prévia pela DRAP, de um plano de utilização das águas drenadas das referidas culturas.

Zona Vulnerável de Estremoz-Cano - Sistema Aquífero Estremoz-Cano



207.07 Km²
20707 ha

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo
Divisão de Ambiente e Infraestruturas





2. FERTILIZAÇÃO

Época de aplicação

Com objetivo de minimizar as perdas de azoto por lixiviação, sobretudo no período outono-inverno, e considerando que não devem ser aplicados fertilizantes nas épocas em que as culturas não estão em crescimento ativo, foram definidas épocas em que não é permitido aplicar determinados tipos de fertilizantes - ANEXOII.



ANEXO II

(a que se referem os n.ºs 1, 5 e 6 do artigo 4.º)

Épocas em que não é permitido aplicar determinados tipos de fertilizantes

Culturas	Estrumes, sargaços, guanos, lamas (*) e compostados	Chorumes	Adubos químicos azotados
Arvenses (1)	1 de novembro a 1 de fevereiro	1 de novembro a 15 de fevereiro	1 de novembro a 1 de fevereiro (admitindo-se no máximo 30 kg de N/ha em adubação de fundo).
Forrageiras (1)	1 de novembro a 1 de fevereiro	1 de novembro a 1 de fevereiro	1 de novembro a 1 de fevereiro (2).
Floricultura e culturas hortícolas ao ar livre (1).	1 de novembro a 1 de fevereiro	1 de novembro a 15 de fevereiro	Até dois dias antes da sementeira ou plantação no período outono-inverno.
Pastagens e relvados	1 de novembro a 1 de fevereiro	1 de novembro a 1 de fevereiro	1 de novembro a 1 de fevereiro.
Arbóreas e arbustivas	1 de novembro a 1 de fevereiro	1 de novembro a 1 de fevereiro	1 de novembro a 15 de fevereiro.

(*) Nas culturas de primavera-verão que não precedam culturas de outono-inverno, é proibida a aplicação de fertilizantes orgânicos 1 mês após sementeira ou plantação. Deve, no entanto, seguir-se o disposto no artigo 13.º da portaria da qual o presente anexo faz parte integrante.

(2) Em conformidade com o disposto no n.º 24 do artigo 10.º da portaria da qual o presente anexo faz parte integrante.

(3) A DRAP territorialmente competente pode, nas culturas forrageiras de corte múltiplo, autorizar no máximo, a aplicação de % da quantidade recomendada em adubação de cobertura após o 1.º corte.

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo

Divisão de Ambiente e Infraestruturas

Não é permitido a aplicação de fertilizantes em:

- Condições de aviso laranja ou vermelho emitido pelo IPMA, IP correspondentes a precipitações fortes ou extremamente fortes;
- Na superfície agrícola em pousio e em que não esteja inserida em rotação;
- A aplicação de adubos químicos que contenham azoto obedecem aos períodos determinados no ANEXO II (aprox. 1nov a 15fev) - na adubação de fundo até um máximo de 30kgN/ha;
- É proibida a aplicação ao solo de fertilizantes sempre que existam situações de excesso de água no solo.



PLANO E BALANÇO DE FERTILIZAÇÃO

-Em função da análise da terra, da água de rega e da análise foliar, e considerando as necessidades de azoto/produção esperada para cada cultura, deve ser estabelecido um Plano de Fertilização.

Tipo de análise	Parâmetro obrigatório de análise	Horticultura e floricultura	Arbóreas e arbustivas	Restantes culturas
Terra	Pelo menos um dos seguintes: azoto mineral; azoto total; azoto nítrico; matéria orgânica	Anual	Quadrienal	Quadrienal
Água a)	Teor em nitratos (NO ₃)	Anual	Anual	Anual
Folhares	Azoto; fósforo; potássio; cálcio; magnésio; enxofre; ferro; manganês; zinco; cobre e boro.	-	Anual	-

- O cálculo da quantidade de azoto a aplicar a qualquer cultura deve contabilizar a quantidade veiculada na água de rega, nos fertilizantes orgânicos, nos adubos e em outras fontes, nomeadamente o azoto disponibilizado pelo solo e o precedente cultural (ANEXO VI) .

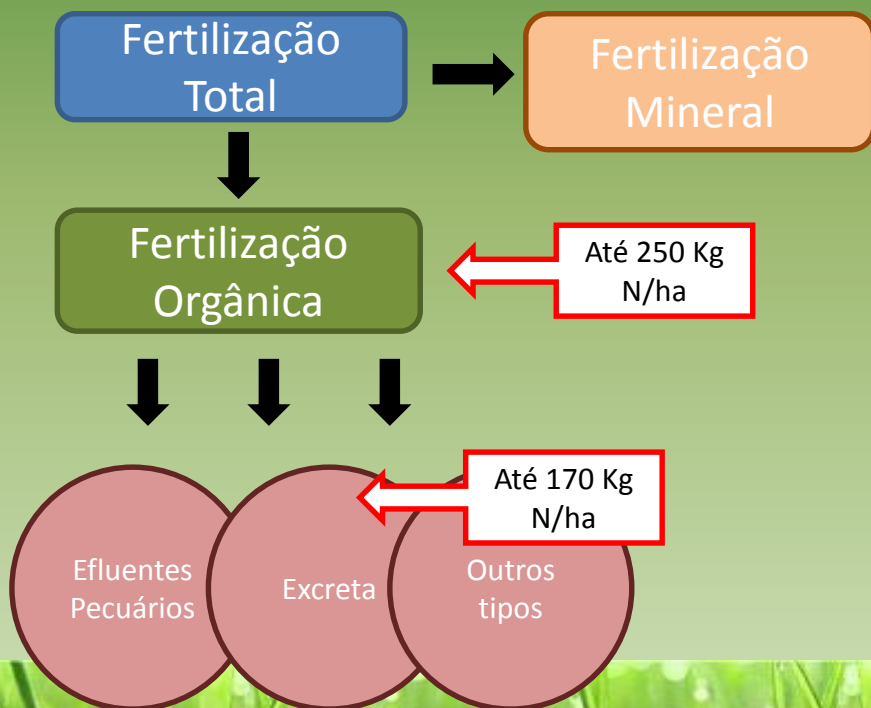


Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo

Divisão de Ambiente e Infraestruturas

Quantidade máxima de Azoto a aplicar - ANEXO VIII

-As quantidades máximas de azoto (kg/ha) a aplicar nas culturas são as constantes no ANEXO VIII.



ANEXO VIII		
(a que se refere o n.º 1 do artigo 9.º)		
Quantidade máxima de azoto a aplicar às culturas		
Culturas	kg de N/ha	
	Para a produção de referência indicada	Quantidade máxima admissível (d)
a) Arvense (primavera-verão):		
Girassol para produções de 2,5 t/ha (por cada aumento/diminuição de produção de 0,5 t/ha, o acréscimo/redução de azoto a aplicar é de 15 kg/ha)	100	140
Milho grão para produções de 10 t/ha (por cada aumento/diminuição de produção de 1 t/ha, o acréscimo/redução de azoto a aplicar é de 20 kg/ha)	200	300
Arroz para produções de 7 t/ha (por cada aumento/diminuição de produção de 1 t/ha, o acréscimo/redução de azoto a aplicar é de 20 kg/ha)	120	180
b) Arvense (outono-inverno):		
Aveia para produções de 2,5 t/ha (por cada aumento/diminuição de produção de 0,5 t/ha, o acréscimo/redução de azoto a aplicar é de 15 kg/ha)	85	120
Colza para produções de 2,5 t/ha (por cada aumento/diminuição de produção de 0,5 t/ha, o acréscimo/redução de azoto a aplicar é de 10 kg/ha)	110	135
Tingo, cevada e tritiche para produções de 4 t/ha (por cada aumento/diminuição de produção de 0,5 t/ha, o acréscimo/redução de azoto a aplicar é de 15 kg/ha)	130	230
c) Pratos e Forrageiras:		
Aveia, centeio e tritiche forrageiras para produções de 30 t/ha de MV (por cada aumento/diminuição de produção de 10 t/ha, o acréscimo/redução de azoto a aplicar é de 30 kg/ha)	100	125
Azevém para produções de 10 t/ha de MS (por cada aumento/diminuição de produção de 1 t/ha, o acréscimo/redução de azoto a aplicar é de 25 kg/ha)	100	150
Beterraba forrageira para produções de 80 t/ha de MV (por cada aumento/diminuição de produção de 5 t/ha, o acréscimo/redução de azoto a aplicar é de 10 kg/ha)	160	200
Consociações forrageiras para produções de 35 t/ha de MV (gramínea/leguminosa) (por cada aumento/diminuição de produção de 5 t/ha, o acréscimo/redução de azoto a aplicar é de 7,5 kg/ha)	40	55

Técnicas de aplicação de fertilizantes minerais

- A técnica de aplicação dos adubos ao solo e à cultura deve ser a que promova a máxima eficiência, ou seja, que a maior quantidade possível de azoto aplicado seja absorvido pela cultura, minimizando o risco de contaminação das águas .
- Os adubos devem ser distribuídos uniformemente ;
- Na adoção da técnica de aplicação deve ser tido em consideração o seguinte:
 - a) Com o adubo - forma sob a qual se encontra o azoto e o seu teor;
 - b) Com a cultura - exigências ao longo do ciclo vegetativo;
 - c) Com o solo - características físicas e químicas;
 - d) Com o clima - quantidade e distribuição das chuvas;
 - e) Com os custos da fertilização - encargos com a aquisição e aplicação.



2.1 PRÁTICAS AGRÍCOLAS EM TERRENOS DECLIVOSOS

A aplicação de fertilizantes deve ter em conta o risco de escorrências superficiais, assim de modo a minimizar o risco de erosão e a perda de azoto e de outros nutrientes pelas águas de escorrência, devem ser cumpridas as limitações às culturas e às práticas agrícolas (constantes no ANEXO III) de acordo com o IQFP (Índice de qualificação fisiográfica da Parcela) atribuído no âmbito do Sistema de Identificação do Parcelário Agrícola.



ANEXO III (a que se refere n.º 2 do artigo 6.º) Limitações às culturas e às práticas agrícolas				
Valor do IQFP	Floricultura e culturas hortícolas ao ar livre	Arbustivos, forrageiras e pastagens temporárias	Culturas arbóreas e arbustivas	Pastagens permanentes
1	Solo cultivado durante a época das chuvas com vegetação espontânea, semeada ou cobertura morta. Para as parcelas com declive $\geq 5\%$ e $< 10\%$: <ul style="list-style-type: none">Fazer a mobilização aproximando-se das curvas de nível e evitando a linha de maior declive;Culturas efetuadas em vala e cômoro.		Revestimento da entrelinha durante o inverno (vegetação espontânea, semeada ou cobertura morta).	
2	Não são permitidas durante o período de outono-inverno, exceto se efetuadas em patamares ou socacos. Nas parcelas habitualmente ocupadas por floricultura e ou culturas hortícolas tem de ser garantido, durante a época das chuvas (outubro-março), para além da não mobilização do solo, o seu revestimento com vegetação espontânea, semeada ou cobertura morta.	Manter o restolho durante a época das chuvas até à preparação do solo para a cultura de primavera. Fazer a mobilização do solo, aproximando-se das curvas de nível e evitando a linha de maior declive.	São permitidas novas plantações em vala e cômoro, ou outro sistema de controlo de erosão que a DRAP considere adequada. Revestimento da entrelinha durante o inverno (vegetação espontânea, semeada ou cobertura morta).	
3		São permitidas culturas integradas em rotações. São permitidas culturas com duração de 4 a 5 anos, incluindo culturas forrageiras ou prados temporários. Não lavar com alfaias que entrem os resíduos das culturas anteriores.	São permitidas novas plantações quando implantadas em patamares. Revestimento da entrelinha durante o inverno (vegetação espontânea, semeada ou cobertura morta).	Pastagens semeadas com duração mínima de 5 anos. Efetuar o controlo mecânico ou manual das espécies arbustivas (sem intervenção no solo).
4	Não são permitidas.	Não são permitidas.	São permitidas novas plantações quando implantadas em patamares. Revestimento da entrelinha durante o inverno (vegetação espontânea, semeada ou cobertura morta).	Melhoria da pastagem natural sem mobilização do solo.
5	Não são permitidas.	Não são permitidas.	Não são permitidas, exceto nas situações em que a DRAP as considere adequadas.	Não são permitidas, exceto nas situações em que a DRAP as considere adequadas.

2.2 APLICAÇÃO DE FERTILIZANTES EM TERRENOS ADJACENTES A CURSOS DE ÁGUA, A CAPTAÇÕES DE ÁGUA SUBTERRÂNEA E A ALBUFEIRAS

IQFP - Linhas de água

- Na aplicação de fertilizantes, devem ser respeitadas distâncias mínimas de segurança relativamente ao limite do leito das linhas de água - variam entre 2.5m e 15m em função do IQFP - nestas áreas não devem ser sujeitas a valorização agrícola de efluentes pecuários, fertilizações, mobilizações de solo ou instalação de novas culturas, com exceção de pastagens permanentes ou floresta.



Captações de água subterrânea

-Na aplicação de fertilizantes, devem ser respeitadas distâncias :

Captação de água para rega - 5m;

Outros usos - 20m.

Nestas áreas são interditas a valorização agrícola de efluentes pecuários, fertilizações, mobilizações de solo ou instalação de novas culturas, com exceção de pastagens permanentes ou floresta.



Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo

Divisão de Ambiente e Infraestruturas

Aplicação de Efluentes Pecuários ou Lamas - Albufeiras/Lagoas/Lagos

-Na aplicação efluentes pecuários e lamas, devem ser respeitadas as distâncias:

Albufeiras, Lagoas ou Lagos de águas publicas de serviço publico - 100m desde do NPA e/ou 100m a partir da linha de limite do leito (sem prejuízo de que, caso exista um Plano de Ordenamento essa faixa possa ser superior).

-Nas faixas referidas anteriormente são interditas as seguintes atividades:

- a) A pernoita e estacionamento de gado;
- b) A construção de sistemas de abeberamento, mesmo que amovíveis;
- c) A aplicação de adubos numa distância de 20m a partir do NPA.



3. GESTÃO DA REGA

-Nos terrenos de regadio deve garantir-se uma correta gestão da água, devendo a sua aplicação ser uniforme no sentido de evitar e minimizar as perdas por escorrência superficial ou por infiltração profunda de forma a assegurar a produção agrícola e, simultaneamente prevenir a poluição das águas superficiais e ou subterrâneas;

-A opção do tipo de sistema de rega deve ter em consideração: as características do solo, o declive e as culturas a praticar;

-Na rega por aspersão, deve ser efetuado um controlo dos débitos dos aspersores para que sejam inferiores à capacidade de infiltração dos solos;



Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo Divisão de Ambiente e Infraestruturas

-Sempre que se veiculem fertilizantes azotados através de fertirrega, a mesma deve-se iniciar depois de ter sido aplicados 20 a 25% da dotação da rega e deve cessar quando faltarem apenas 10 a 20% da água aplicar;

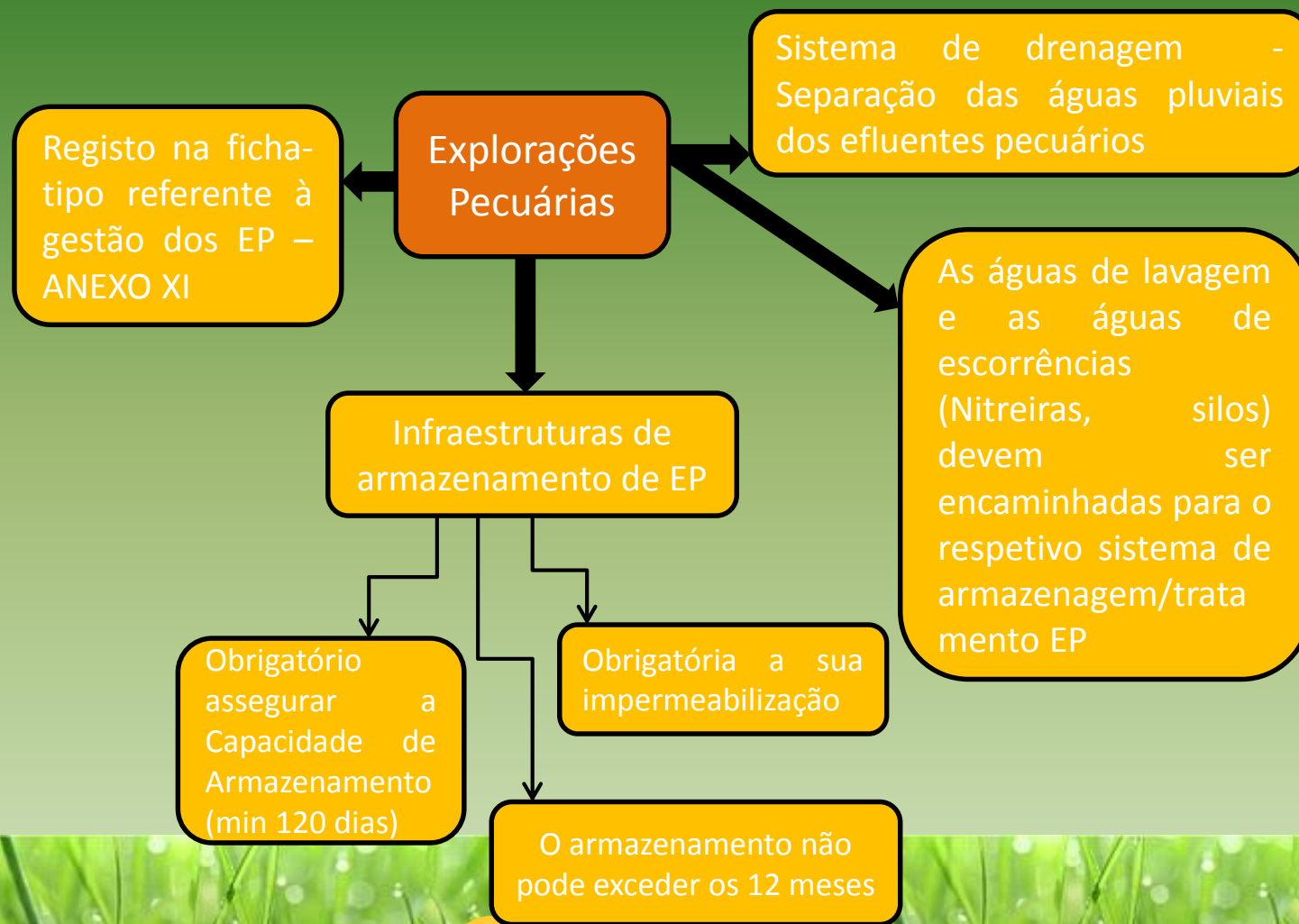
-Os sistemas de captação de água devem possuir uma válvula antirrefluxo.

-Exemplo: importância de contabilizar o N existente na água de rega.

Teor de Nitratos (mg/l)	Quantidade de N (Kg) em 1000 m ³ de água
25	5.6
50	11.2
100	22.4



4. GESTÃO DE EFLUENTES PECUÁRIOS



Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo
Divisão de Ambiente e Infraestruturas

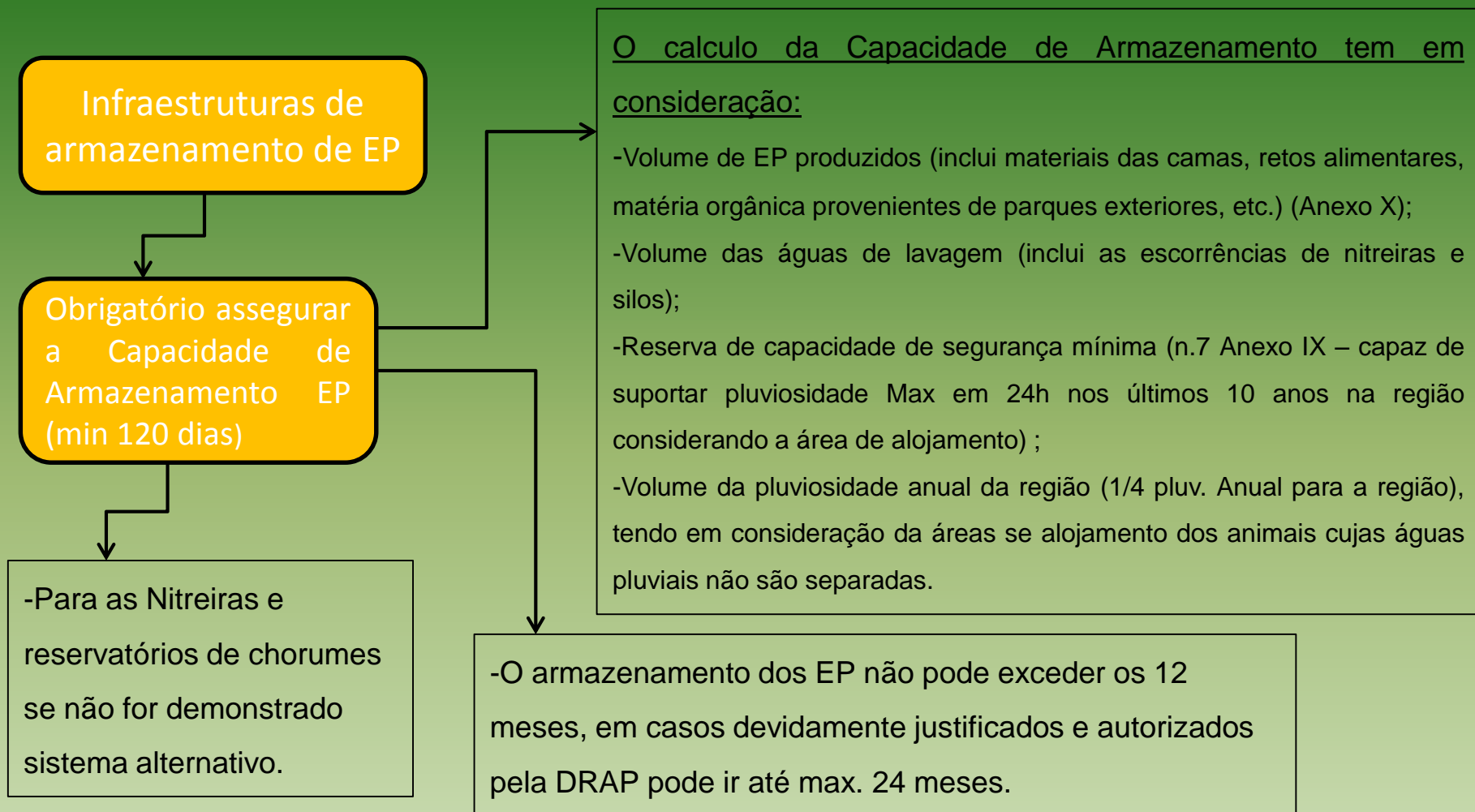
Registo na ficha-tipo referente à gestão dos EP – ANEXO XI

Os agricultores são obrigados a manter permanentemente atualizados os registos da gestão dos EP (arquivados na exploração – 5 anos).

Cumprimento das normas técnicas aplicáveis à valorização de EP no âmbito do REAP-PGEP.

[illegible][illegible]

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo
Divisão de Ambiente e Infraestruturas



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR



DRAP Alentejo
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo

Nuno Correia

Telefone : 284 311 500 – e-mail: nuno.correia@drapal.min-agricultura.pt

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo
Divisão de Ambiente e Infraestruturas

Parques exteriores

-Parques exteriores não pavimentados devem assegurar anualmente uma regular rotação de forma a promover o coberto vegetal ou em alternativa a remoção anual da matéria orgânica acumulada, que é equiparada a EP.

-Devem possuir sistemas de retenção das águas pluviais (evitar arrastamento superficial para as massas de água).



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR



DRAP Alentejo
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo

Nuno Correia

Telefone : 284 311 500 – e-mail: nuno.correia@drapal.min-agricultura.pt

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo
Divisão de Ambiente e Infraestruturas

Deposição temporária
de estrumes

É permitida a deposição temporária em medas ou em pilhas, com vista à sua distribuição e incorporação no solo desde de que cumpra cumulativamente as seguintes condições:



O local de deposição tem que garantir as seguintes distâncias:
15m das linhas de água,
25m das cap. de água subterrânea.

A deposição temporária sem que ocorra a distribuição e incorporação no solo não pode exceder as 48h, ou se o solo for impermeabilizado e a meda protegida 30 dias.

Seja assegurada a proteção das massas de água face a eventuais escorrências ou arrastamentos em casos que ocorra pluviosidade.



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR



DRAP Alentejo
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo

Nuno Correia

Telefone : 284 311 500 – e-mail: nuno.correia@drapal.min-agricultura.pt

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo

Divisão de Ambiente e Infraestruturas

Aplicação e Incorporação de chorumes

-Devem ser aplicados com recurso a equipamento de injeção direta ou com equipamento que funcione a baixa pressão com o objetivo de reduzir as perdas de azoto por volatilização e libertação de maus cheiros.

Aplicação e Incorporação de estrumes

-A incorporação no solo deve ser realizada imediatamente após a sua aplicação, até um limite de 4h, (exceto quando a aplicação ocorre em cobertura).

-A incorporação no solo do estrume e dos fertilizantes orgânicos distribuídos deve ser realizada o mais rapidamente possível, até um limite de 24h após a sua aplicação.



A incorporação de estrume e chorume deve ser realizada com alfaia apropriada de modo a garantir no mínimo, uma mobilização superficial do solo.



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR



DRAP Alentejo
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo

Nuno Correia

Telefone : 284 311 500 – e-mail: nuno.correia@drapal.min-agricultura.pt

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo
Divisão de Ambiente e Infraestruturas

Principais medidas obrigatórias, previstas na Portaria n.º 259/2012, de 28 de agosto – Programa de Ação para explorações total ou parcialmente, dentro das ZV:

1) Efetuar fertilizações tecnicamente fundamentadas, estabelecendo um **“Plano de Fertilização”**, em função da análise da terra, da água de rega e da análise foliar (ver tabela de periodicidade de realização), e considerando a produção esperada para cada cultura;

Periodicidade da realização de análises:

tipo de análise	Parâmetro obrigatório de análise	Horticultura e floricultura	Arbóreas e arbustivas	Restantes culturas
Terra	Pelo menos um dos seguintes: azoto mineral; azoto total; azoto nítrico; matéria orgânica	Anual	Quadrienal	Quadrienal
Água a)	Teor em nitratos (NO ₃)	Anual	Anual	Anual
Folhares	Azoto; fósforo; potássio; cálcio; magnésio; enxofre; ferro; manganês; zinco; cobre e boro.	-	Anual	-

a) Podem ser efetuadas de 4 em 4 anos, se a variabilidade da concentração registada anualmente for inferior a 20% em relação à média dos últimos 3 anos.

2) Manter registo atualizado das fertilizações - **“Ficha de Registo de Fertilização”** - nas explorações com mais de 2 ha de SAU, com mais de 1 ha de culturas arbóreas e ou arbustivas, ou mais de 0,50 ha de floricultura e ou culturas hortícolas; para as explorações com menos de 1 ha SAU ou menos de 0,5 ha de floricultura ou de culturas de hortícolas, registar a fertilização apenas para a cultura que ocupe maior área ou em caso de áreas idênticas para a mais exigente em azoto. (anexo VII da Portaria);

3) Manter permanentemente atualizados os **“registos referentes à gestão de efluentes pecuários”**, que contemplem os dados referidos na ficha-tipo constante do anexo XI da portaria;

4) Respeitar as épocas de aplicação estabelecidas para determinados fertilizantes;

5) Não exceder as quantidades máximas de azoto autorizadas por cultura;

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo

Divisão de Ambiente e Infraestruturas

- 6) Possuir, para as atividades pecuárias, uma capacidade suficiente de armazenamento dos efluentes pecuários, de forma a assegurar o equilíbrio entre a produção e a respetiva utilização ou destino. Deve ser assegurada uma capacidade de armazenamento calculada em função dos valores de referência previstos na tabela do anexo V da portaria, para o período mínimo de 120 dias para as nitreiras e para os reservatórios de chorumes, se não for demonstrado sistema alternativo (passível de redução se demonstrável a eliminação efetiva dos efluentes, no âmbito do quadro legal definido);
- 7) As fossas e nitreiras devem ser impermeabilizadas;
- 8) Deposição temporária em medas ou pilhas de estrume no solo a distância mínima de 15 metros do leito de cursos de água, ou 25 metros de captações subterrâneas de água, por período não superior a 48 horas, ou 30 dias se a deposição for feita em solos impermeabilizados e com a meda protegida;
- 9) Não aplicar mais de 250 kg de azoto orgânico total por hectare e por ano, o qual não deve conter mais de 170 kg de azoto total proveniente de efluentes pecuários;
- 10) Aplicar os chorumes a baixa pressão (reduzir as perdas de azoto e evitar os maus cheiros) e proceder à sua incorporação no solo até quatro horas após a sua distribuição. Para os estrumes este limite é de vinte e quatro horas após a sua distribuição;
- 11) Não aplicar estrumes, chorumes ou outros fertilizantes nos 5 metros em redor de captações de água subterrânea destinadas exclusivamente a rega, ou 20 metros se destinadas a outros usos, sem prejuízo da demais legislação aplicável;
- 12) Não aplicar fertilizantes (de qualquer tipo) quando existir excesso de água no solo;
- 13) Não cultivar numa faixa mínima de 2,5 a 5 metros (IQFP menor ou maior que 1) a contar da linha de margem dos cursos de água.

SISTEMA DE CONDICIONALIDADE

Sistema de Condicionalidade - Regulamento (CE) n.º 73/2009, de 19 de janeiro

O Aviso n.º 1848/2013, de 6 de fevereiro, consubstancia a Lista de indicadores relativa aos Requisitos Legais de Gestão aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2013.

Os produtores beneficiários de Ajudas poderão ver reduzidos ou retirados os montantes a que tiverem direito, caso seja verificado incumprimento das medidas obrigatórias previstas no Programa de Ação.

Ato 4 — Diretiva n.º 91/676/CEE, 12 de dezembro, relativa à proteção das águas contra poluição causada por nitratos de origem agrícola (Decretos-Lei n.º 235/97 e n.º 68/99 e Portaria n.º 259/2012).

1 — *Controlo das parcelas adjacentes às captações de água quando não se destina a consumo humano*

1.1 — Armazenamento temporário de estrumes a mais de 15 m, contados da linha de limite do leito dos cursos de água.

1.2 — Armazenamento temporário de estrumes a mais de 25 m de uma fonte, poço ou captação de água subterrânea.

2 — *Controlo das infraestruturas de armazenamento de efluentes pecuários*

2.1 — Existência de infraestrutura de armazenamento de efluentes pecuários, caso a exploração detenha atividade pecuária.

2.2 — Capacidade das infraestruturas de armazenamento de efluentes pecuários. ⁽¹⁾

2.3 — As infraestruturas destinadas ao armazenamento de efluentes pecuários encontram-se impermeabilizadas.

3 — *Controlo ao nível da parcela*

3.1 — Ficha de registo de fertilização por parcela ou grupos de parcelas homogéneas. ⁽²⁾

3.2 — Boletins de análise e respetivos planos de fertilização. ⁽³⁾

3.3 — Quantidade de azoto por cultura constante na ficha de registo de fertilização. ⁽⁴⁾

3.4 — Época de aplicação dos fertilizantes. ⁽⁵⁾

3.5 — Limitações às culturas e às práticas culturais. ⁽⁶⁾

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo
Divisão de Ambiente e Infraestruturas



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR



DRAP Alentejo
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo

Nuno Correia

Telefone : 284 311 500 – e-mail: nuno.correia@drapal.min-agricultura.pt



Obrigado pela atenção

Contactos:

DRAP-Alentejo

Telefone 266 757 800 – e-mail: geral@drapal.min-agricultura.pt

Nuno Correia

Telefone : 284 311 500 – e-mail: nuno.correia@drapal.min-agricultura.pt